

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

A Política e o Uso Simbólico

Os movimentos de contestação, nasceram desde os anos 80, tempo em eu se verificou uma instabilidade dos sistemas políticos ocidentais e que se manifestou na volatilidade eleitoral (...) e nos anos 90 traduziram-se numa nova retórica anti partidos e rejeição dos sistemas tradicionais



Silvério Cordeiro

Murray Edelman (1964) afirma que praticamente cada ato político controverso, ou reconhecido como realmente importante, condensa um símbolo. Por exemplo, as eleições vistas como forma de participação no processo político, na realidade são um ato simbólico, que dá a sensação de participação, mas trata-se de um ritual que não serve os objetivos a que se propõem. Isto não significa, que as eleições não sejam importantes, mas as funções que servem, são muitas vezes diferentes das funções convencionais.

Vejamos a este respeito, o caso das últimas eleições presidenciais, em que, no geral, as pessoas ficaram estarecidas com o resultado eleitoral do Chega, vendo nele um terramoto que irá soterrar o sistema político.

Não me parece, no entanto, que este novo partido procure destruir o sistema político, outrossim, participar nele, isto acreditando nas declarações do líder. Todavia, não

podemos descurar que tem consequências que não podem menosprezar-se.

Na verdade, podemos verificar que estes movimentos de contestação, nasceram desde os anos 80, tempo em que se verificou uma instabilidade dos sistemas políticos ocidentais e que se manifestou na volatilidade eleitoral.

Nos anos 90, estes movimentos traduziram-se numa nova retórica anti partidos e rejeição dos sistemas tradicionais. Este sentimento nasceu nas elites, mas depressa se espalhou às massas, constituindo causas deste fenómeno, quer a incapacidade dos partidos tradicionais em promover o bem-estar das populações, quero clientelismo que se acentuou com o Estado Social, quer a cultura da Europa Central, que influenciou os sentimentos anti partido.

Neste contexto, o resultado imediato traduziu-se no declínio da identificação partidária e das organizações dos partidos. Consequentemente, apareceram novos movimentos e partidos, partidos de causas, cujo voto constitui um voto de protesto.

Efetivamente, o século XXI, assistiu a um novo fenómeno antissistema partidário, também denominado o movimento dos partidos populistas.

Mudde e Kaltwasser (2019) descrevem o ideário destes partidos populistas. Segundo estes autores, o populismo significa um apelo ao povo (os homens de bem) e uma denúncia das elites. A sociedade estaria dividida entre o “povo puro” e a elite corrupta, defendendo que a política deveria ser a expressão da vontade geral.

Neste ponto, partilham a crítica de Rousseau ao sistema representativo, defendendo uma ligação do líder ao povo.

Numa palavra, assumem-se contra o sistema, que consideram falhado, sendo fortemente nacionalistas, contra a imigração e outros grupos étnicos diferentes do nacional.

São exemplos do movimento populista o Tea Party, nos Estados Unidos, a Frente Nacional em França, o Fidesz de Viktor Orbán, na Hungria e o Chega em Portugal.

De acordo com Oliveira Rocha, o fenómeno português não é muito diferente do ocorrido em outros países. Os seus eleitores e apoiantes são os restos do salazarismo, conservadores, rurais e uma turva de descontentes e marginais.

Pondo de lado o CDS que está moribundo, o principal visado é o PSD. Este partido nunca foi um partido homogéneo, mas um agregado de interesses e fações (liberais, social-democratas, conservadores, social-cristãos, rurais e restos de salazarismo). Certo é que, se o líder não consegue gerir estas contradições, o partido estilhaça-se e parte do seu eleitorado irá engrossar o Chega, como refletem as eleições presidenciais. Por outro lado, parte do eleitorado de extrema-esquerda, tenderá a engrossar o partido socialista.

Com efeito, mais perigoso seria o Chega ser engrossado por descontentes e marginalizados do sistema. O Governo tem aqui uma grande responsabilidade.

Não obstante, estou convicto que o populismo como voto de protesto, não substitui o sentido cívico necessário à exigência de uma cultura assente no princípio do mérito e na circulação das elites, sob pena de poder advir um terramoto do tipo de Orbán na Hungria.